PROGRAMA PEDAGÓGICO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	CURSOS VIRTUAIS LTDA
NOME FANTASIA:	CURSOSVIRTUAIS.NET
CNPJ:	08.179.401/0001-62
REGISTRO ABED:	7734 - CATEGORIA INSTITUCIONAL

CURSO	
NOME:	FUNDAMENTOS DO DIREITO
MODALIDADE:	CAPACITAÇÃO LIVRE OFERTA - EAD

Metodologia: O conteúdo do curso é disponibilizado ao aluno para estudo online em uma interface diagramada de fácil navegação AVA (Ambiente Virtual de Estudos). O acesso ao material é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. O curso conta com a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula/módulo e também realização da prova final.

Formato: O curso é ofertado de forma assíncrona e conta com atividades complementares síncronas, permitindo que o aluno organize seus estudos conforme sua disponibilidade. Os módulos de aprendizado são liberados de maneira assíncrona e progressiva, sendo necessário concluir cada etapa para avançar à seguinte. Complementarmente, o curso conta com atividade síncrona por meio do suporte em tempo real com o professor, disponível às terças e quintas-feiras, das 15h às 16h, na ferramenta de tira-dúvidas.

Tutoria e formas de interação: Os alunos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada. A interação é realizada por meio do da Área do Aluno, no Ambiente Virtual de Estudos (AVA). A tutoria consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados.

Prova final/Certificação: A prova final é quantitativa. A geração do certificado é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) na prova final. O curso conta com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: O curso apresenta organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o ambiente de estudos na área do aluno, que é um AVA otimizado para nossa plataforma de ensino.

Materiais didáticos: O conteúdo programático é desenvolvido com base em apostilas e outros materiais didáticos atualizados. Além do material de estudo, o aluno conta com diferentes ferramentas de aprendizagem, como grupo de estudos com tutor/professor, tira-dúvidas por inteligência artificial, atividades avaliativas ao longo das aulas e prova final para avaliação do aprendizado.

Interação e suporte administrativo: O curso conta – além do suporte de tutoria - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e professores/tutores; e alunos e equipe de apoio administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O Ambiente Virtual de Estudos (AVA) utilizado pela CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma

plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente.

Sobre a instituição de ensino: A CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma escola de educação à distância. Iniciamos nossas atividades em 2006 e contamos com mais de 500 mil alunos matriculados em diversos cursos. Além disso, somos associados da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Legalmente constituída inscrita no CNPJ 08.179.401/0001-62, atua com a idoneidade e credibilidade auxiliando diversos órgãos públicos e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores de todo o país.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

NOME DA CAPACITAÇÃO: Fundamentos do Direito

BASE LEGAL: CF/88, arts. 206, II, e 209; na LDB 9.394/96, arts. 39, § 2º, I, e 40; e no Decreto 5.154/2004, art. 3, em consonância com a Resolução CNE/CP 1/2021 (MEC), arts. 14 e 37, quanto à formação e aperfeiçoamento profissional.

OBJETIVO DE APRENDIZAGEM: Ao concluir o curso de Fundamentos do Direito, o aluno deverá ser capaz de compreender os conceitos, as fontes, as divisões e os princípios fundamentais do Direito, reconhecendo sua relação com a moral e a organização social. Deverá identificar aspectos essenciais da Constituição Federal, da organização do Estado e dos direitos e garantias fundamentais, bem como desenvolver conhecimentos introdutórios sobre negócios jurídicos, responsabilidade civil, relações de trabalho, administração pública, empresas, relações de consumo e sistema tributário. Também deverá compreender institutos jurídicos básicos e reconhecer a aplicação das normas em situações pessoais, sociais e organizacionais.

ATIVIDADES/AULAS:
1) O Direito
2) Direito constitucional
3) Direito civil
4) Direito do trabalho
5) Direito administrativo
6) Direito empresarial
7) Direito do consumidor
8) Direito tributário

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DETALHADO:
O que é Direito
O direito e a moral
Teoria do mínimo ético
Teoria dos círculos secantes
Teoria dos círculos independentes
Teoria tridimensional
Divisão do Direito
Direito natural e direito positivo
Direito Objetivo e Direito Subjetivo
O Direito Público e o Direito Privado
Fontes do direito e os meios de integração da norma jurídica.
Legislação
Costume
Jurisprudência

Princípios gerais do direito
Doutrina
Analogia
Equidade
As Constituições Brasileiras
A Formação da Constituição
As Constituições Federais
Constituição Federal de 1824
Constituição Federal de 1891
Constituição Federal de 1934
Constituição Federal de 1937
Constituição Federal de 1946
Constituição Federal de 1967
Constituição Federal de 1988
Noções Gerais do Direito Constitucional
Conceito
Natureza Jurídica
Funções
Objeto
Classificação
Quanto ao conteúdo
Quanto à forma
Quanto ao modo de elaboração
Quanto à origem
Quanto à estabilidade
Quanto à extensão e finalidade
Elementos da Constituição
A Aplicabilidade e Eficácia das Normas Constitucionais
Eficácia Plena
Eficácia Contida
Eficácia Limitada
A Constituição Federal de 1988 - a Organização do Estado
A Federação
A União
O Distrito Federal
O Estado
O Município
A Constituição Federal de 1988 - os Direitos e Garantias Fundamentais
Dimensões dos direitos fundamentais
Garantias Fundamentais
Titularidade dos direitos fundamentais
Eficácia horizontal e vertical dos direitos fundamentais
O conceito de Direito Civil
Princípios do Direito Civil
Dos Negócios Jurídicos
Conceito
Classificação
Dos Planos do Negócio Jurídico
Plano da Existência
Plano da Validade
Invalidade do Negócio Jurídico

Plano da Eficácia
Os Defeitos
Erro ou Ignorância
Dolo
Coação
Lesão
Estado de Perigo
O Ato Ilícito e suas Repercussões
A Responsabilidade Civil
Pressupostos da Responsabilidade Civil
Espécies de Responsabilidade Civil
Responsabilidade Contratual ou Extracontratual
Responsabilidade Subjetiva e Objetiva
A Prescrição e a Decadência
Prescrição
Decadência
Características
Efeitos Jurídicos
O conceito de Direito do Trabalho
A Revolução Industrial
A Evolução Histórica do Direito do Trabalho
A Evolução Histórica do Direito do Trabalho no Brasil
Princípios do Direito do Trabalho
Princípio da Proteção
Princípio in dubio pro operário / misero
Princípio da Norma mais Favorável
Princípio da Condição mais Benéfica
Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos
Princípio da Continuidade da Relação de Emprego
Princípio da Primazia da Realidade
Princípio da Inalterabilidade Contratual
Princípio da Intangibilidade Salarial
O Contrato de Trabalho e a Relação de Emprego
Conceito
Partes do Contrato de Trabalho
Empregado
Empregador
Características
Classificação
Contrato Expresso
Contrato Tácito
Contrato por Prazo Indeterminado
Contrato por Prazo Determinado
Contrato por Safra
Contrato de Atleta Profissional
Contrato de Aprendizagem
Contrato por Obra Certa
Contrato Temporário
A Jornada de Trabalho
Acordo de Prorrogação de Horas
Compensação da Jornada de Trabalho

Turno Ininterrupto de Revezamento
Horas in itinere e sobreaviso
Intervalo Intrajornada e Interjornada
Adicional Horas Extras e Adicional Noturno
Descanso Semanal Remunerado
Férias
Da Concessão das Férias
Duração das Férias
Perda das Férias
Remuneração as férias
Abono
Férias Proporcionais
Salário e Remuneração
Formas de Salário
Meios de Pagamento
Utilidades Não Salariais
Tipos de Salário
Morfologia do Salário
Proteção do Salário
Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho
Alteração do Contrato de Trabalho
Ius Variandi
Transferência
Suspensão
Interrupção
A Extinção do Contrato de Trabalho
Dispensa Sem Justa Causa
Dispensa Com Justa Causa
Dispensa Indireta
Estabilidade
Aviso Prévio
O conceito de Direito Administrativo
Princípios do Direito Administrativo
Princípios Expressos
Princípio da Legalidade
Princípio da Impessoalidade
Princípio da Moralidade
Princípio da Publicidade
Princípio da Eficiência
Princípios Reconhecidos
Princípio da Supremacia do Interesse Público
Princípio da Autotutela
Princípio da Indisponibilidade
Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos
Princípio da Segurança Jurídica
Princípio da Razoabilidade
Princípio da Proporcionalidade
Órgãos da Administração Pública Brasileira
Classificação dos Órgãos Públicos
Quanto a Posição Hierárquica
Quanto a Estrutura

Quanto a Atuação Funcional
Agentes Públicos
Personalidade Estatal
Atos Administrativos
Espécies de Atos Administrativos
Atributos do Ato Administrativo
Classificação dos Atos Administrativos
Extinção dos Atos Administrativos
Licitação no Ordenamento Jurídico Brasileiro
Princípios da Licitação
Princípio da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público
Princípio da Legalidade
Princípio da Moralidade
Princípios da Impessoalidade e da Igualdade
Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade
Princípios da Motivação e da Publicidade
Princípios da Economicidade e Eficiência
Princípios da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento Objetivo
Espécies de Licitação
Concorrência
Tomada de Preços
Convite
Concurso
Leilão
Pregão
Consulta
Limites
Dispensa e Inexigível a Licitação
O conceito de Empresa
O Empresário
Individual
Não Empresários
Empresário Rural
Pequeno Empresário
Das Sociedades
Sociedade Limitada Unipessoal
Sociedade Limitada
Sociedade Por Ações
Estatuto Social
Ações
Administração da Sociedade
Assembleia Geral
Conselho de Administração
Diretoria
Conselho Fiscal
Dissolução
Recuperação
Recuperação Extrajudicial
Recuperação Judicial
Recuperação Especial

Falência
Dispositivos Aplicáveis a Recuperação e a Falência
A sociedade de consumo e as relações jurídicas
Elementos da relação de consumo (O conceito de consumidor e fornecedor)
Sujeitos da relação de consumo
Objeto da relação de consumo
Direitos básicos do consumidor
Práticas comerciais
A defesa do consumidor em juízo (noções de processo relativo à relação de consumo)
O conceito de Direito Tributário
Sistema Tributário Nacional
Noções Gerais
Arrecadação da Receita Pública
Receita Originária
Receita Derivada
Leis de Responsabilidade Fiscal
Receita Pública
Despesa Pública
Orçamento Público
Dívida Pública
Preços Administrativos
Tributo
Espécies de Tributo
Tributos Não Vinculados
Tributos Vinculados
Taxas
Contribuição de Melhoria
Contribuições Especiais
Contribuições Sociais
Contribuições de Intervenção no domínio econômico
Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas
Empréstimo Compulsório
Tributos Diretos e Indiretos
Tributos Diretos
Tributos Indiretos
Competências Tributária
Elementos do Tributo
Fato Gerador
Base de Cálculo e Alíquota
Obrigação Tributária
Obrigação Principal e Acessória
Sujeitos
Crédito Tributário
Lançamento Tributário
Direto ou de Ofício
Direito Tributário
O conceito de Direito Tributário
Sistema Tributário Nacional
Noções Gerais
Arrecadação da Receita Pública
Receita Originária

Receita Derivada
Leis de Responsabilidade Fiscal
Receita Pública
Despesa Pública
Orçamento Público
Dívida Pública
Preços Administrativos
Tributo
Espécies de Tributo
Tributos Não Vinculados
Tributos Vinculados
Taxas
Contribuição de Melhoria
Contribuições Especiais
Contribuições Sociais
Contribuições de Intervenção no domínio econômico
Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas
Empréstimo Compulsório
Tributos Diretos e Indiretos
Tributos Diretos
Tributos Indiretos
Competências Tributárias
Elementos do Tributo
Fato Gerador
Base de Cálculo e Alíquota
Obrigação Tributária
Obrigação Principal e Acessória
Sujeitos
Crédito Tributário
Lançamento Tributário
Direto ou de Ofício
Por homologação ou autolançamento
Por arbitragem da autoridade administrativa
Extinção, Suspensão e Modificação do Crédito Tributário
Extinção
Suspensão
Exclusão
Princípios Fundamentais
Princípio da Legalidade (Artigo 150, I, CF)
Princípio da Anterioridade (Art. 150, III, "b", CF/88)
Princípio da Irretroatividade (Art. 150, III, "a", CF)
Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária (Art. 150, II, CF/88)
Princípio da Vedação ao Confisco (Art. 150, IV, CF/88)
Princípio da Liberdade de Tráfego (Art. 150, V, CF/88)
Princípio da Uniformidade Geográfica (Art. 151, I, CF/88)
Princípio da Capacidade Contributiva (Art. 145, §1º, CF/88)
Princípio da Vinculabilidade da Tributação
Princípio da Transparência dos Impostos ou da Transparência Fiscal
Princípio da não Cumulatividade (Arts. 155, §2º, I; art. 153, §3º, II,; art. 154, I, CF/88)
Princípio da Seletividade (Art. 153, §3º, CF)
Princípio da não Diferenciação Tributária (Art. 152, CF/88)

Princípio da Tipicidade
Princípio da Imunidade (Art. 150, VI, "a", CF)
Os Tributos de Competência da União, Estado e Município
Compete a União
Compete ao Estado
Compete ao Município

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

CURSOS VIRTUAIS LTDA - CNPJ 08.179.401/0001-62
Assinatura eletrônica qualificada com certificado digital ICP-Brasil

Código: **303**

